

● ENTREVISTA

# “PARECE-NOS ESTAR A HAVER UM CONDICIONAMENTO ELEITORAL”

Gonçalo Velho, presidente do Sindicato Nacional do Ensino Superior

ANDREIA DIAS FERRO  
aferro@dnoticias.pt

A Universidade da Madeira será alvo de uma majoração, por parte do Estado, diferente daquela que será dada a Universidade dos Açores. Apesar de terem realidades semelhantes em termos geográficos, estamos a falar de um apoio de 1,2 milhões de euros que não deverá chegar à Madeira. Gonçalo Velho, presidente do Sindicato Nacional do Ensino Superior esteve na Região no passado domingo e segunda-feira, onde reuniu com o reitor da UMA e abordou esta questão. Ao DIÁRIO explicou o que está em causa com a falta de apoio e falou sobre o Ensino Superior no país.

Qual o objectivo da visita do presidente do Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup) à Madeira? O principal objectivo desta visita foi corrigir uma injustiça que está a ser feita à Universidade da Madeira (UMa), uma vez que vai ser pago um elemento de compensação por estar a funcionar numa região ultraperiférica à Universidade dos Açores e essa decisão, que tinha sido uma decisão de parlamento, inscrita no Orçamento de Estado do último ano, não está a ser aplicada para a UMa. Portanto, parece-nos estar a haver aqui um condicionamento eleitoral, pois estamos num ano eleitoral nos Açores e parece que está a ser feita política que prejudica questões de autonomia quer regional, quer universitária.

O nosso objectivo é conseguir que se faça justiça para a UMa e não se crie um regime de desequilíbrio e desigualdade.

Porque é importante haver estaaju-

Gonçalo Velho esteve reunido com o reitor da Universidade da Madeira e lançou apelos ao ministro Manuel Heitor para corrigir falta de apoio à UMA.  
FOTOS RUI SILVA/ASPRESS



ÇORES VÃO A VOTOS ESTE ANO. SINDICATO ACHA QUE ISSO ESTÁ A CONDICIONAR APOIOS

da monetária à UMa? Gostaria de recuperar que, há cerca de um ano e meio, iniciei um périplo pelas universidades das regiões insulares exactamente com o propósito de podermos corrigir e chamar a atenção para as dificuldades de funcionamento destas universidades.

São contextos próprios, com realidades socio-económicas próprias e diferentes de centros urbanos de maior dimensão como são, sobretudo, Lisboa e Porto. O objectivo foi sensibilizar para esta questão do funcionamento destas universidades.

Tive ocasião de reunir na Universidade da Madeira com o Governo Regional e também nos Açores com a Universidade e Governo Regional. Dessa iniciativa, posteriormente, surgiu uma iniciativa legislativa, introduzida no último OE, por iniciativa do Partido Socialista, que tinha como objectivo verificar quais eram as necessidades orçamentais destas universidades e como se poderia calcular aquela que seria a diferença da operação em termos de custo de contexto por se funcionar numa região ultraperiférica.

Isto competia ao governo fazer este cálculo. Houve alguma inércia sobretudo devido ao que é o ministro do sector. O ministério ignorou essa matéria e as Universidades dos

Açores e da Madeira tiveram um contributo positivo e avançaram com várias possibilidades de fórmulas de cálculo.

Em relação ao contrato de legislação que foi assinado com todas as universidades, numa primeira versão do contrato não estava inserido esta questão desta necessidade de fórmula de cálculo. O que demonstra a insensibilidade do ministro Manuel Heitor para com o funcionamento em regiões ultraperiféricas. Importava corrigir essa matéria. Por pressão destas universidades, houve uma alteração do contrato, mas a Universidade dos Açores negou-se a assinar o contrato se não houvesse, de facto, a assinatura de um contrato que estabelecesse o valor do orçamento que era necessário. Esta é a história daquilo que está para trás.

Por pressão do Governo Regional dos Açores, o ministro Manuel Heitor, pareceu-nos contrariado, mas foi aos Açores para colmatar a decisão, que foi conhecida há pouco tempo. Falta a questão da Universidade da Madeira. Isto é urgente porque o ano lectivo já está a correr e não podemos esperar mais tempo. O ministro Manuel Heitor tem de se deslocar com urgência à Madeira e assinar urgentemente este contrato de execução e garantir que existe um reforço, pelo menos, na mesma ordem dos Açores.

Note-se que a Madeira tem questões adicionais face à Universidade dos Açores: a UMA não tem instalações próprias. Está a funcionar numa base de orçamento menor que os Açores e que importa colmatar e corrigir.

O que pode o SNESup fazer para corrigir esta situação? É preciso fazer pressão junto do Governo da República? Provavelmente, muitos madeirenses não conhecem o SNESup. O próprio Presidente da República reconhece que temos uma forma de trabalhar muito pragmática e efectiva. É diferente dos outros sindicatos e consegue construir amplos consensos na Assembleia da República. Apresenta textos de propostas legislativas bem suportados e documentos, que permitem ter resoluções aprovadas no parlamento. É importante que se tenha atenção à capacidade política do SNESup.

O nosso intuito com esta visita é conseguir mobilizar essa capacidade política para conseguir corrigir a situação da Madeira. O PSD-Madeira apresentou uma proposta de correcção do Orçamento de Estado que não passou, simplesmente, pela abstenção do Bloco de Esquerda. O SNESup tem capacidade de contacto com os vários partidos e nós pretendemos conversar com o BE para perceber porque se absteve e corrigir esse sentido de voto, de modo a construir este amplo consenso, de modo a corrigir esta situação de injustiça da UMa.

Antes, caberia ao ministro Manuel Heitor, uma vez que assinou o

contrato de execução com os Açores, conseguir ter um gesto de boa vontade e, em vez de ser corrigido pelo parlamento, ser ele próprio a ter iniciativa de assinar um contrato de execução com a Madeira.

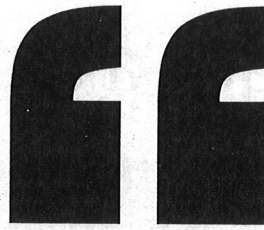
A UMa é uma universidade pública. A nível nacional, como estamos em termos de interesse dos estudantes entre as universidades públicas e privadas? Há pouco tempo saiu uma primeira página do jornal Público que tinha essa questão das universidades privadas. Mas é preciso perceber que o volume de alunos das universidades públicas é muito, muito superior àqueles que frequentam as universidades privadas. Quando falamos de um crescimento em percentagem, é óbvio que com pouco milhares de alunos, as universidades privadas conseguem uma percentagem muito superior àquilo que são as universidades públicas.

Mas se formos ver em números absolutos, o crescimento das universidades públicas é muito superior ao das privadas. Temos uma rede que está espalhada por todo o país e aquilo que temos de conseguir complementar é, sobretudo, do ponto de vista das universidades públicas, darem resposta aos territórios.

Há um problema de êxodo populacional, de regiões semiperiféricas ou ultraperiféricas para centro urbanos de maior dimensão como Lisboa. É a única NUT do país que está a crescer.

As instituições de ensino superior públicas conseguem garantir, não só soluções para os jovens destas regiões semi e ultraperiféricas, como articulações com oportunidades de futuro. Temos à porta as oportunidades de Erasmus ou redes internacionais. Estão aqui na Madeira. As pessoas não precisam ir para Lisboa ou Porto para terem oportunidade de singrar na sua vida. O objectivo do SNESup é conseguirmos implementar uma lógica de organização da rede, de cooperação e não de competição. Uma lógica em que todas as universidades contam e em que nós valorizamos essencialmente aquelas que estão em regiões periféricas.

Não estamos longe daquilo que é o objectivo feito pela União Europeia. Os países mais poderosos da Europa orientam os fundos, num princípio de solidariedade, para aqueles países que estão em maiores dificuldades. No ensino superior queremos gerir dessa forma: solidária e de cooperação. Isso leva a outro problema: uma das dificuldades é que as universidades do continente têm acesso aos fundos estruturais. Devido a um erro nas negociações, as universidades da Madeira e dos Açores não têm acesso a esses mecanismos de fi-



## O NOSSO INTUITO, COM ESTA VISITA É CONSEGUIR MOBILIZAR CAPACIDADE POLÍTICA PARA CONSEGUIR CORRIGIR A SITUAÇÃO DA MADEIRA



## OS ALUNOS QUE FREQUENTAM A UNIVERSIDADE DA MADEIRA SABEM QUE EM QUALQUER PONTO DA EUROPA OU DO MUNDO, O SEU CURSO SERÁ RECONHECIDO

nanciamento. Isso faz muita diferença porque os cortes financeiros que foram implementados no período de ajustamento, foram complementados com fundos estruturais e nestas universidades não.

Faz sentido que os jovens pensem seguir para a universidade e numa carreira futura? Portugal continua a ser dos países onde existe maior prémio salarial para licenciados. Mais ainda para mestres. Estudar compensa, quer do ponto de vista da formação pessoal - porque passa por uma escola de vida que, de facto, tem um valor extraordinário - mas também por aquilo que significa nas suas oportunidades de futuro em Portugal e no resto do mundo. Temos um ensino de qualidade, em que os alunos que frequentam a Universidade da Madeira sabem que em qualquer ponto da Europa ou do Mundo, o seu curso será reconhecido, acreditado e respeitado. Isto é um valor que importa e, para os nossos jovens, a universidade é uma mensagem de esperança. É óbvio que do ponto de vista socio-económico, nem sempre se conseguem dar respostas às aspirações destes jovens. Mas é como o cinto de segurança: na dúvida, é melhor por. É uma segurança ter um curso. Nada é uma garantia absoluta.

Esta questão não estará também relacionada com o número de vagas disponibilizadas por cada curso? Há muitas vagas para determinados cursos? Temos uma margem de crescimento no ensino superior.

Quando nós olhamos para a comparação, que com a OCDE, quer com o espaço da Europa, nós temos uma baixa taxa de escolarização no ensino superior. Isso permite-nos ter uma margem de crescimento no número de alunos do ensino superior. A questão de articulação da política das vagas podem ser usufruídas com aqueles cursos. Neste momento, há alguma distorção entre aquilo que as pessoas pensam que são as oportunidades de trabalho e aquilo que é a realidade efectiva do mercado de trabalho.

Vimos de um país que só tinham as universidades de Coimbra, Lisboa e Porto e as pessoas estão habituadas a que só estas contavam. Hoje em dia, todas as universidades contam. Uma pessoa da Guarda pode vir estudar para a Madeira e tem uma experiência rica, numa Região que tem muito a oferecer a uma universidade que tem mais a oferecer ainda, com cursos que podem ser uma surpresa positiva.

Olhando para a estrutura da universidade, vamos falar de docentes. Os

professores são reconhecidos pelo trabalho que desenvolvem? E estamos a falar a nível salarial... Os professores do ensino superior já tiveram equiparação salarial aos juizes. Há muito tempo que a perdemos e de uma forma muito significativa. Isso explica também os problemas que nós temos em relação à chamada emigração qualificada. Em relação aos nossos doutorados, estamos a perder qualidade do ponto de vista da oferta de trabalho, quer do ponto de vista dos vencimentos e das condições contratuais.

Os professores do ensino superior foram muito penalizados com o período de ajustamento, tal qual como o resto da sociedade portuguesa e sentem-se com muito trabalho. No período de ajustamento só foi possível mantermos as instituições porque os docentes e investigadores deram uma resposta e conseguiram captar financiamento europeu na ordem de muitas centenas de milhões de euros. As pessoas esforçaram-se, mantiveram as instituições a funcionar e com qualidade reconhecida, mas o seu trabalho não está a ser compensado.

Só um terço dos professores do ensino superior é que progrediu na carreira [...].

Há dias o DIÁRIO falava do caso de vários investigadores que aguardavam financiamento para as suas investigações. Este é um problema que pode travar aqueles que querem continuar a trabalhar nesta área? Nós tivemos um problema, devido às dificuldades de financiamento público e a situação geral de subfinanciamento do ensino superior, houve uma degradação das condições de contratação que afectaram os investigadores. Isto é um erro histórico. Não conheço nenhum outro sector da economia que faça uma desvalorização daquilo que produz. Quando as universidades passaram a desvalorizar a contratação dos doutorados, contratando-os com bolsas e valores mais baixos, o que estiveram a dizer é que estudar não compensa.

A primeira missão no SNESup, naquela que tem sido esta nova direcção (com 4 anos), foi agir na valorização. Primeiro parar a desvalorização da qualificação avançada, permitir que haja condições de contratação dos doutorados e avançar progressivamente para o resto do universo dos professores e dos investigadores. É esse o nosso esforço. Ainda temos muito a fazer em relação aos investigadores. Acompanhamos a situação dos investigadores da Universidade da Madeira contratados por bolsas, que é essencialmente o problema, pois foram contratados por fundos estruturais. O PREVPAP falou redondamente e importa corrigir esses erros.

Pensamos que já conquistámos, pelos menos a atenção dos nossos colegas das instituições, que não podemos entrar em políticas de investigação.